

<b>Meio: Folha de S.Paulo</b>	
<b>Editoria: Economia</b>	<b>Data: 20/03/2019</b>
<b>Link: <a href="https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/03/projeto-de-reforma-da-previdencia-dos-militares-preve-economia-de-r-1045-bilhoes-em-dez-anos.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/03/projeto-de-reforma-da-previdencia-dos-militares-preve-economia-de-r-1045-bilhoes-em-dez-anos.shtml</a></b>	

### **Projeto de reforma da Previdência dos militares prevê economia de R\$ 10,45 bilhões em dez anos**

O projeto de lei que altera a Previdência dos militares prevê uma economia de R\$ 10,45 bilhões em dez anos.

Além das mudanças nas regras para entrar na reserva e aumento na tributação, os militares, como condição para apoiarem a reforma, terão uma reestruturação nas carreiras, o que eleva os gastos públicos.

A estimativa é que o governo economize R\$ 97,3 bilhões em dez anos com as mudanças no sistema de proteção social dos militares das Forças Armadas — como é conhecido o regime de previdência deles.

Por outro lado, a reestruturação representa uma despesa de R\$ 86,85 bilhões em dez anos.

Com isso, o corte nos gastos total é de R\$ 10,45 bilhões em uma década.

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) durante reunião com militares nesta quarta-feira (20) - Marcos Corrêa/PR

Em 20 anos, a economia estimada é de R\$ 33,65 bilhões.

Para aumentar a arrecadação para o sistema previdenciário dos militares, o projeto de lei estabelece o aumento da alíquota cobrada sobre a remuneração.

Atualmente, os ativos e inativos pagam 7,5%. Mas, pela proposta, passarão a pagar 10,5%.

Considerando a contribuição de 3,5% para o sistema de saúde militar, a alíquota total pela proposta é de 14%.

Os pensionistas hoje pagam apenas a taxa para a saúde, mas são isentos da contribuição para o regime previdenciário.

Na reforma, serão cobrados com a alíquota total – 14%.

No entanto, esse aumento de tributação será escalonado. Apenas em 2022 é que a alíquota da contribuição atingirá o valor máximo, de 10,5%.

Os alunos de escolas de formação atualmente não pagam a taxa para a saúde nem para o sistema de proteção social. De acordo com o texto, passarão a pagar 10,5% – sem o percentual para o fundo de saúde.

Os cabos e soldados serão taxados em 14%.

A proposta do governo prevê um aumento de 30 para 35 anos no tempo mínimo de atividade para que os militares possam passar para a reserva.

Também está previsto um aumento na idade limite de transferência para a reserva. As idades, que hoje variam de 44 a 66 anos, a depender do status do militar, passam a variar entre 50 e 70 anos.

Pelo projeto, haverá uma regra de transição para o tempo de serviço. Aqueles que estão na ativa e já tiverem 30 anos de atividade na data de entrada em vigor da lei continuarão com o direito de transferência para a reserva remunerada.

Os que ainda não preencherem os requisitos cumprirão o tempo que falta para completar 30 anos de serviço somado a um pedágio de 17% do período restante.

Desse modo, os recém-ingressados, terão de cumprir 35 anos na ativa. Se, por exemplo, um militar já tiver com 20 anos de atividade, os dez restantes e o pedágio levarão a conta final a 31,7 anos de serviço.